



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CLOVIS JOÃO DO NASCIMENTO NETO

**OS AGENTES DA REPRESSÃO EM PERNAMBUCO E SEUS MODOS
OPERANDIS (1965 -1974)**

RECIFE

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

OS AGENTES DA REPRESSÃO EM PERNAMBUCO E SEUS MODOS
OPERANDIS (1965 -1974)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Licenciado em História

Orientadora: Prof^a Dr^a Marcília Gama da Silva

RECIFE

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a deus, que deu forças a minha mãe para vencer toda a adversidade da vida sofrida, é conseguiu me guiar através do exemplo, que só a educação pode transformar as vidas das pessoas.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Rural de Pernambuco e ao departamento de História por disponibilizarem os materiais necessários para que eu tenha realizado uma graduação de excelência.

Aos professores do DEHIST e aos amigos que fiz durante o período da graduação.

À minha orientadora, professora doutora Marcília Gama, por toda paciência, atenção e disponibilidade durante o processo de orientação. Os conselhos e recomendações contribuíram fundamentalmente para a construção deste trabalho de conclusão.

Aos meus familiares, especialmente à minha esposa e filhos, por todo o apoio e afeto durante o decorrer do curso, afinal, foram essenciais para que os meus principais objetivos fossem alcançados.

Aos amigos do trabalho e da vida, que de algum modo contribuíram, em termos de estímulo, para que eu me sentisse motivado e vivo para a continuidade do curso.

OS AGENTES DA REPRESSÃO EM PERNAMBUCO E SEUS MODOS OPERANDIS (1965 -1974)

Clovis João do Nascimento Neto, graduando em história, UFRPE

Orientadora: Marcília Gama, doutora em História, UFRPE

Resumo: O presente artigo tem como objetivo classificar os órgãos estatais, e seus agentes que atuaram no período que compreende (1964/1985), a chamada ditadura civil militar. No entanto, o recorte abordado volta seu foco para o momento conhecido como o golpe dentro do golpe, em que a repressão se fez mais intensa, no período de 1969 a 1974, do citado regime, em Pernambuco. Neste sentido, buscou-se compreender os modos como estes órgãos e agentes operacionalizavam a prática repressiva dentro de uma dinâmica, embasada na perspectiva de Michel Foucault (2000), do saber poder. Tomando a perspectiva foucaultiana enquanto eixo norteador para analisar a grande maioria das ações efetuadas pelo complexo aparato repressivo no Estado. O presente trabalho tem como objetivo situar essas práticas dentro do projeto ditatorial militar, esse que, por sua vez, possuía como base as noções de Segurança Nacional e desenvolvimento.

Palavras-chave: História do Brasil; Ditadura Militar; Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Imersos em um cenário de segurança nacional e combate a subversão, a estratégia usada pelos agentes da repressão foi bastante estruturada, já que a informação e também o informante eram peças-chaves e, por sua vez, o regime ditatorial acabou por transformar todo cidadão brasileiro e estrangeiro que vivesse no Brasil à época, em delatores de possíveis atos ou pessoas vistas como subversivas e perigosas para o regime¹, os quais eram percebidos pelo estigma de maior dureza nas práticas repressivas. Nesse sentido, será utilizado, como aporte teórico, o filósofo francês Michel Foucault (2000), que usa o referencial conceitual do saber-poder² para explicar as táticas de vigilância e controle social impostas pelo regime civil-militar brasileiro. Sendo assim, no decorrer deste texto, o uso da informação constitui um saber-poder utilizado como garantia de combate à subversão e em prol da segurança nacional, de um modo geral, se apresentando com suma importância para a manutenção do *status quo* à época. Considera-se então

[...] a informação enquanto conjunto de dados gerais e/ou específicos de natureza pessoal, política, social, econômica ou cultural, que se transforma no universo policesco, num saber elaborado, calculado, manipulado, e direcionado para alguém ou algum segmento, produz efeitos que por sua vez, são utilizados no intuito de se chegar a uma pista, a um resultado favorável à investigação, se constituindo ao mesmo tempo na matéria-prima dos discursos.³

A informação por si só não dava sentido a tudo, precisava, no entanto, de um instrumento que a transformasse em recurso estratégico e atribuísse destaque ao seu conteúdo, para, além disso, se mantivesse alicerçado a uma série de práticas repressivas que a alimentasse constantemente. Sendo assim, era necessária uma espécie de discurso repressivo que repetisse e reutilizasse signos com o intuito de identificar, catalogar e taxar como ameaça, à luz dos oficiais de informação, considerados como subversivos⁴.

¹De acordo com Marcília Gama (2007, p. 15) foram criadas “(...) múltiplas relações entre atores que passam a adotar posturas e discursos que oscilam entre a submissão, a apropriação, a resignificação e a reelaboração do discurso de Segurança Nacional, que se transforma em uma fonte de significação para a ordem social que o regime militar procura institucionalizar.”

²Entende-se aqui por poder-saber, “uma materialidade que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um status, regras de transcrição, possibilidades de uso ou de reutilização” das informações. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 15. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

³DA SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964 -1985)**. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 16

⁴Ibid., p. 16.

Nessa perspectiva, vale levar em consideração que uma série de práticas de vigilância foi instaurada pelo regime com o objetivo de legitimar e dar manutenção ao controle social exercido pelo regime civil-militar, especialmente se considerarmos que o estereótipo do suposto inimigo, além de identificá-lo contribui para a construção de métodos e modelos de controle, bem como enquadra os que buscam se opor ao regime⁵. E é exatamente dentro desta dimensão – de uma comunidade de informação⁶ – que o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)/PE está situado. Dentro de um campo de

(...) forma hierarquizada, enquanto manifestação muito peculiar de uma vigilância preventiva, incorporada ao aparato militar e a seguimentos da sociedade, que passam a atuar em todos os níveis e direções onde haja a necessidade de neutralizar as forças contrárias ao regime. Essa comunidade de informação é representada inicialmente pelo aparato militar (...)⁷

Seguindo então essa corrente de vigilância, a ideia de pensar os aparatos repressivos e suas práticas, em Pernambuco, requer compreender também que essa rede se esmerilhava entre os Estados e municípios, assim como dialogava com outras instituições, como o Exército (CEI – Centro de Informações do Exército), a Marinha (Cenimar – Centro de Informações da Marinha), o SNI (Serviço Nacional de Informação), a Aeronáutica (CISA – Centro de Informações da Aeronáutica), DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna) e DSI (Departamento de Segurança e Informação). Além do mais, cabe pontuar que as práticas desses órgãos estavam associadas a uma rede complexa e informal, na qual tinha participação, majoritariamente, apenas de indivíduos do mesmo campo de atuação⁸.

Desse modo, entender a historicidade e desenvolvimento do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) em Pernambuco é também compreender as conjunturas que estruturam social e politicamente o convívio entre a sociedade civil e os aparatos repressivos. Sobretudo porque, está configurada para atender às necessidades de investigação, censura e repressão, pensando pela polícia no período⁹.

⁵BERG, Creuza de Oliveira. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964 -1984). São Carlos: EdUFSPar, 2002.

⁶DA SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória**: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964 -1985). 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 39

⁷Ibid., p. 46

⁸D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaúcio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs). **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 18 -20.

⁹DA SILVA, Marcília Gama. Op. cit. p. 115

Portanto, a presente pesquisa carrega em seu escopo o intuito de qualificar quem e quais órgãos davam as diretrizes para as ações dos agentes da repressão. E, por consequência, destacar a responsabilidade dos atos tanto dos agentes quanto dos órgãos, que prestavam serviços à rede nacional de repressão – a qual, por mais de vinte anos, arbitrou acerca da vida de brasileiros e brasileiras, de estrangeiros e estrangeiras que viviam no Brasil, ações que retiraram direitos e garantias fundamentais para um convívio social saudável e de exercício pleno da cidadania.

A escolha deste período foi feita devido às mudanças ocorridas dentro do próprio regime de exceção, no tocante ao recrudescimento das práticas repressivas, que se respaldavam nos Atos Institucionais decretados pelo governo na figura do General/Presidente. Dessa forma, a partir de artigos, dissertações, teses e investigações no acervo digital do DOPS/PE, bem como seguindo a corrente da Nova História Política que os debates sobre o *modus operandi* dos órgãos repressores do regime foram abordados metodologicamente, seja através de Phillipe Urfalino (2015) em termos de política cultura, da operação do sistema repressivo por Gama (2007) e da documentação repressiva através de Gertz e Bauer (2009).

Dentro desta seara, deixando ainda mais específica a documentação, para subsidiar a elaboração da pesquisa, foram utilizadas documentações que estão catalogadas no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE - PE, que detém a custódia dos arquivos do extinto DOPS-PE¹⁰, além de periódicos, documentos impressos (relatórios de ex-presos políticos) e iconográficos, também do Centro de documentação Tortura Nunca Mais do Recife.

Seguindo essas noções, as análises visam reafirmar a necessidade de manter o compromisso com a memória deste período, afinal, é importante entendermos a memória como história, especialmente deste período e das suas consequências para os desdobramentos futuros (no imaginário social), isso porque

[...] se constrói a partir de registros históricos vividos ou herdados, e como não sendo, porque é alvo de todo um processo de seletividade e de reelaboração interior que permeia o que concebemos como memória individual e, por extensão, uma forma de registro com características distintas das fontes documentais usuais¹¹.

¹⁰ Departamento de Ordem Política e Social. Órgão criado com o intuito cooptar e distribuir informações com o intuito de garantir a ordem social e política do país. Criado em 1924 teve seu fim em 1983.

¹¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo Contexto, 1992.

Nesse sentido, o destaque referido ao tema e período foi realizado ao considerarmos a importância do conhecimento sobre esse passado “sombrio” da História do Brasil, que pode ser percebido como uma ferida (ainda) aberta na no imaginário e no campo emocional dos indivíduos que vivenciaram o período. Afinal, em cada fase de atuação desses aparatos repressores, uma série de alvos foram escolhidos e acompanhados de perto como se fossem objetos, sejam pessoas ou instituições, as definições de possíveis ameaças e alta periculosidade geraram reveses físicos, políticos, sociais, econômicos, culturais e psicológicos profundos¹².

Nosso problema de pesquisa tem seu foco principal os órgãos, e agentes do regime de exceção e como eles agiam após 1969, tendo como propósito mostrar a sociedade de modo geral, o quanto essas práticas repressivas usurparam a liberdade, e o direito de viver das pessoas no íntegro da palavra.

OS AGENTES DA REPRESSÃO EM PERNAMBUCO (1965 -1974)

Sobretudo a partir do estado de exceção, o controle social ganhou força e foi se adequando as dinâmicas do cotidiano de cada região em que as forças repressivas estavam instaladas. O fluxo informativo tornou-se cada vez mais substancial para que as bases de ação, assim como os instrumentos para identificar e caracterizar o perfil do inimigo, a hierarquização, a criação de uma comunidade para veicular toda e qualquer prática ganhou corpo e o aparato militar tinha exatamente definido o que poderia ou não ser considerado como subversivo¹³.

Em Pernambuco, não diferente de outros estados, o governo Médici impactou de modo incisivo na realidade já anunciada, em outras palavras, o arrefecimento do combate aos subversivos provocou uma grande instabilidade no convívio social. Sob o comando de Nilo Coelho (1967 -1971) e de Eraldo Gueiros (1971 -1975), a articulação com as estruturas federais se alicerçou ainda mais provocando um sufocamento sobre os movimentos sociais e o movimento sindical, especialmente porque em 1967 o SNI passou por um processo de reestruturação com o intuito de inserir as estruturas políticas do estado a um plano nacional de segurança:

Em julho de 1967 foi aprovado um novo regulamento para o SNI, que teve sua estrutura ampliada. O decreto transformou as antigas Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis – órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional – em Divisão de Segurança e Informações

¹²DA SILVA, Marcília Gama. Op. cit. p. 17 -18

¹³BERG, Creuza de Oliveira. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar (1964 -1984). São Carlos: EdUFSPar, 2002. pp. 70 -75

(DSI'S). As ASI's, Assessorias de Segurança e Informações, instaladas em diversas instituições públicas, e as DSI's, nos ministérios civis, ficaram como órgãos complementares que compunham o Serviço Nacional de Informações¹⁴.

Nessa perspectiva, a preocupação com a circularidade das informações transformou os estados em ramificações substanciais para a manutenção do aparato repressivo e nesse sentido, com o gatilho concedido pelo Ato Institucional de número 05, Pernambuco, especificamente sua capital Recife, recebeu a instalação de uma das primeiras agências do Serviço Nacional de Informação¹⁵. Ainda a respeito dessa preocupação com a disseminação e troca de informações, o historiador Carlos Fico elucida melhor essa questão ao relatar que:

Havia grande troca de papéis entre os diversos órgãos de segurança e de informações: as DSI dos diversos ministérios, o CIE (Centro de Informações do Exército), o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), o SNI (Serviço Nacional de Informações), a CGI (Comissão Geral de Investigações), as segundas seções das unidades militares, as delegacias de ordem política e social (DOPS) vinculadas às secretarias estaduais de segurança etc.¹⁶

A grande troca de papéis tem como objetivo, sobretudo, coadunar informações sobre as mobilizações populares e individuais identificando os graus de radicalidade e possíveis ameaças. No caso pernambucano, algumas recomendações apareciam na centralidade do debate, como por exemplo, “o desmantelamento das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro e dos sindicatos a ele vinculado, assim como o acompanhamento de alguns padres e sacerdotes da Igreja Católica”¹⁷. Assim sendo, três seções se responsabilizavam no processo de gerir, salvaguardar e investigar tais informações, são elas: a Seção de Operações Especiais, a de Segurança Interna e a de Informações Estratégicas. Em termos organizacionais e de atuação, Dmitri Félix do Nascimento, em suas pesquisas, afirma que estes sustentáculos

[...] vinculavam-se à agência coletando dados das perseguições e enviando relatórios que produzissem processos jurídicos (IPMs) daí repassada a outros órgãos de repressão, ficando disponível a consulta ao Presidente e ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). O modus operandi que observamos nos documentos esclarece algumas operações de investigações de caráter Secreto ou Confidencial Urgente (como eram classificados os documentos) que eram direcionados, na maioria dos casos, de maneiras distintas¹⁸.

¹⁴ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: Uma leitura da atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2001, p. 54.

¹⁵NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O serviço nacional de informações (SNI): o sindicalismo em Pernambuco como alvo (1964 -1967)**. Revista Crítica Histórica. Ano V, nº 10, dezembro, 2014. p. 137

¹⁶FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.p. 27.

¹⁷ NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O serviço nacional de informações (SNI): o sindicalismo em Pernambuco como alvo (1964 -1967)**. Revista Crítica Histórica. Ano V, nº 10, dezembro, 2014. p. 138

¹⁸NASCIMENTO, Dmitri Felix do. Op. cit. p. 138

Na fase inicial de implantação muitas adequações foram pensadas para alcançar a realidade pernambucana, o que gerou também a extensão das ações repressivas para outros órgãos institucionais, como o próprio Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE), a Secretária de Segurança Pública e a Polícia no intuito de aparelhar os serviços de vigilância. No caso da Polícia Militar, o papel exercido por ela também tem destaque e lugar importante nesta rede. O exemplo disso, o relatório apresentado pelo secretário de segurança pública à Assembléia Legislativa de Pernambuco, em 1965, demonstra este apoio:

A Polícia Militar está integrada conscientemente nas mais diversas missões que lhe competem desempenhar nos termos da Lei Federal nº 192/36. Sempre coesa leal e dedicada, cumpriu, no exercício findo as mais delicadas tarefas consagrando-se como guardiã da ordem, da paz e da tranqüilidade pública. Durante a permanência do titular efetivo dos Estados Unidos da América do Norte, em viagem de observação e estudos, assumiu interinamente, o comando da Corporação no período de 12 de agosto a 20 de Setembro o Coronel Jesus Jardim de Sá.¹⁹

Nessa perspectiva, cabe salientar que esse sistema segue algo bem próximo da perspectiva foucaultiana (2000) a respeito de disciplina e vigilância, isso porque, para ser completa, uma rede sem lacuna, é preciso escalacionar a sua hierarquia e decompor suas instâncias para aumentar sua função produtora, tornando-a funcional²⁰. E nesse sentido, o DOPS-PE arregimenta função essencial uma vez que estava espalhado por vários lugares do país. Isso porque, o DOPS coadunava informações privilegiadas que alimentava a base de dados informacionais das esferas federais. Fato que ele é substituído posteriormente Centro de Informações da Secretaria de Segurança Pública, mas, desde a sua criação, pela Lei nº 71, de 23 de dezembro de 1935, sua finalidade era a seguinte: “Proceder a inquérito sobre os crimes de ordem política e social; exercer as medidas de polícia preventiva e controlar os serviços, cujos fins estejam em conexão com a ordem política e social”²¹.

No entanto, a partir de 1964, uma série de medidas é publicada com o intuito de apontar novos caminhos e sistematizar essa comunidade de vigilância em tons de forte apelo à Segurança Nacional, neste caso, destaca-se o combate ao terrorismo, ao

¹⁹RELATÓRIO apresentado pelo Secretário de Segurança Pública à Assembléia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1965. In: **Legislação Estadual de Pernambuco, ano: 1965/1966**, p. 60-61. Setor de Documentos Impressos – APEJE.

²⁰FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 10. Ed. Petrópolis, Vozes, 1993. p. 168.

²¹Fundo: Documentos Impressos – APEJE. In: **Legislação Estadual de Pernambuco. Lei n. 71 de 23 dez. 1935**. Coleção de Leis e Decretos de Pernambuco Recife: Imprensa Oficial, 1935-1937

“inimigo interno” e a todo tipo de manifestação que ofereça qualquer tipo de ameaça ao estado²². Por isso é importante pensar o DOPS como

Uma estrutura extremamente complexa, em fina sintonia com a sociedade, permite vislumbrar uma amplitude de sua atuação ainda pouco explorada. Um engrenagem que tem por pilar a informação, cuja manipulação política, de uso calculado voltada para efetivar o controle, ainda precisa ser amplamente discutida, pois acaba refletindo na estrutura do órgão e na extensão de sua capacidade de intervenção social, inaugurando um novo tipo de poder-saber, que submete os corpos aos interesses e práticas oportunas utilizadas para um fim.²³

O comportamento oscilante do DOPS o faz alterar suas posturas e empreender mudanças que acompanhassem um monitoramento adequado. Seu campo de atuação é amplo e em Pernambuco, por exemplo, passou a incluir controle de entradas e saídas, embarques e desembarque em portos e estações, atividade de partidos políticos, agremiações, sindicatos e várias associações, para, além disso, o prontuário funcional de nº 29.638, do DOPS-PE, arquivado na APEJE, que fora vigente na década de 60 e 70, ainda atribui as fiscalizações às “listas de passageiros dos navios, aeronaves e terminais de trens, ônibus e aeroportos, vigilância às casas de cômodos, hotéis pensões e locais de estrangeiros”²⁴.

É importante levar em consideração que a documentação concernente ao regime de repressão se encontra “permeada por práticas difundidas e legitimadas pelo autoritarismo, como a delação e os falsos testemunhos, o que muitas vezes, gera informações imprecisas”²⁵. Questão essa que nos permite atentar na prática discursiva do próprio regime produzindo e legitimando os movimentos e indivíduos enquanto suspeitos ou praticantes de crimes políticos (como aconteceu com o movimento estudantil, os sindicalistas e etc), especialmente nas ações perpetradas pela DOPS, que atuava em múltiplas dimensões da vida social. De modo geral, a Delegacia de Ordem Política e Social de Pernambuco se constituiu e especializou

Nos processos de produção, coleta, manuseio, manipulação e processamento da informação, no objetivo de rastrear (inicialmente) o avanço do comunismo no estado, em cumprimento às determinações presentes nos acordos e amplamente aceitas por segmentos significativos da elite brasileira. Um ponto de destaque é uma de suas características se sedimenta nas transformações administrativas que sofre ao longo de sua existência [...]

²²GAMA, Marcília. **O DOPS-PE e a rede de informações**: olhos e ouvidos a serviço da repressão no período de 1964-1985. Revista Diálogos, v. 15, n.2, p. 278

²³DA SILVA, Marcília Gama. Op. cit. p. 282

²⁴ Fundo: SSP/DOPS/Apeje. **Prontuário Funcional n. 29.638** – Documentos Administrativos do DOPS.

²⁵GERTZ, René E.; BAUER, Caroline Silveira. Arquivos de regimes repressivos. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 177

com o objetivo de aumentar seu potencial de autonomia para agir na vigilância, controle e combate aos crimes variados, sejam de ordem política (controle e vigilância externa) ou de ordem social (controle, vigilância e repressão interna, coibindo greves, manifestações, o comunismo, etc).²⁶

O sistema de vigilância e repressão é extremamente articulado e o diagrama seguinte traz uma perspectiva dessa articulação entre os anos de 1964 a 1979:

Diagrama da articulação dos órgãos de segurança junto à sociedade, 1964-1979

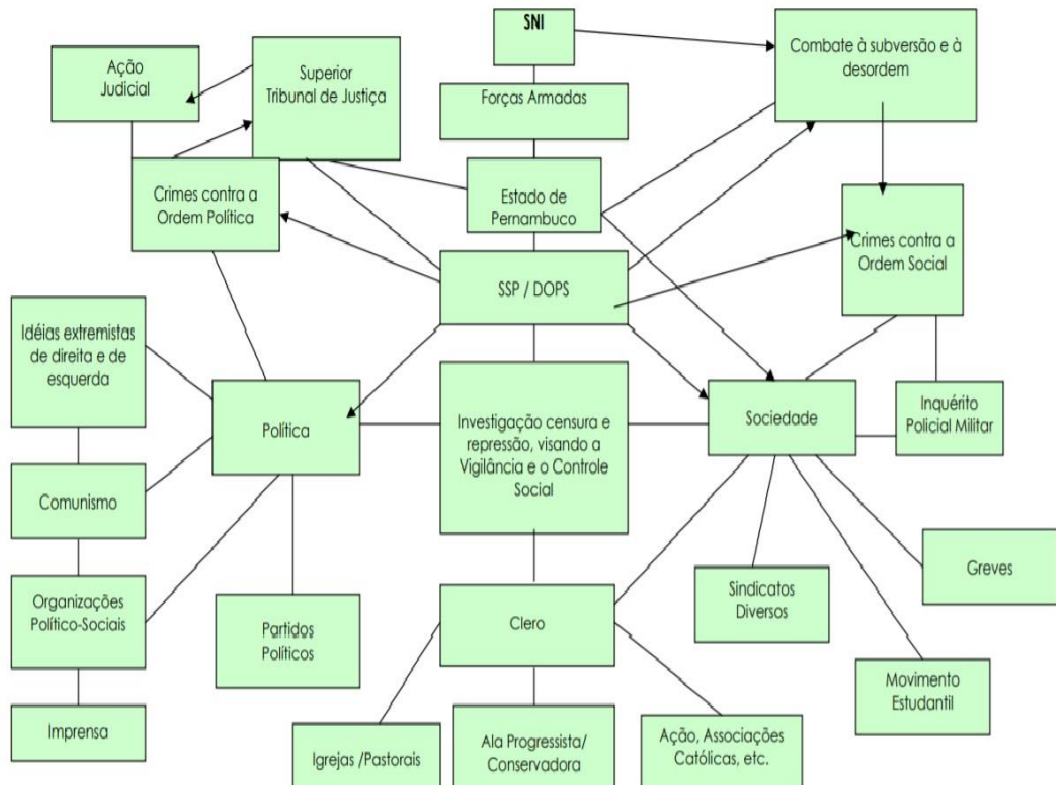


Imagem 01 –Diagrama da repressão de 1968 a 1972, na perspectiva do DOPS-PE.DA SILVA, Marcília Gama. Informação, repressão e memória: A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964 -1985). 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 125

A sistemática seguida por todo o aparato carrega consigo uma perspectiva universalizante e buscava se desdobrar por todos os estados, em Pernambuco não era diferente e o DOPS assumiu uma das principais funções repressivas no estado. Cabe salientar que a destituição de Miguel Arraes como governador do estado sob acusação de possuir uma linha ideológica comunista²⁷ já marcava o início de uma série de ações enérgicas com o intuito de desmontar os setores que podiam se apresentar enquanto

²⁶DA SILVA, Marcília Gama. Op. cit. p. 126

²⁷NASCIMENTO, Dmitri Felix do. O serviço Nacional de Informações e a Polícia Militar de Pernambuco: O aparelhamento e centralização das forças de repressão. **XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**. Natal – RN, 22 a 26/jul, 2013.p.03

focos de resistência ao regime. Estudantes, sindicalistas, camponato e Igreja foram os que mais receberam os impactos das ações repressivas. O diagrama referido externa o diálogo entre SNI, Polícia Estadual, órgãos de segurança das forças armadas e do judiciário em torno de investigações massivas na constatação de qualquer crime de cunho político ou social.

o clima de medo e perseguição se abateu no Estado durante anos. Por ser o Estado com uma atuação ativa dos setores populares, do operariado urbano ao camponato, fora preciso uma ação coordenada e enérgica dos setores conservadores para desmantela os vários setores organizados da classe trabalhadora.²⁸

A força de atuação no estado carrega consigo essa característica ostensiva desde o início do regime ganhando contornos mais drásticos com o passar dos anos, especialmente quando o Ato Institucional de número cinco (AI-5), 1968, é instaurado. Todavia, desde a instituição do primeiro ato institucional, em primeiro de abril de 1964, que o processo de supressão política se demonstra extremamente pujante em Pernambuco. A exemplo disso, o seguinte trecho do relatório (2000)²⁹ que autoriza o pagamento de indenização³⁰ a João de Lima Neto, ex-presos político do regime militar, disponível no acervo digital do APEJE (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano), e que veio à tona tanto quanto a ser disponibilizado após as pesquisas realizadas pela Comissão Nacional da Verdade, em 2012, atesta muito bem a afirmação da citação acima:

²⁸ *Ibidem*, p.04

²⁹Relatório de João Lima Neto contido nos processos da Comissão Especial de Ex-presos políticos. Disponível em: <https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/5/5/955a066644659cf8de6b133ea340c8a0b50e0c81ea6df65b39eec15e9730a915/d41399fa-8900-46ca-8f9f-b94c777aa9fa-Joao de Lima Neto.pdf>. Acesso em: 19/06/2019.

³⁰Concedida apenas no ano de 2012, 05 anos após a sua morte. Disponível em: <https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/index.php/joao-de-lima-neto-pdf>. Acesso em: 19/06/2019.

1. Com a deposição do Presidente Goulart, o Regime Militar é instaurado pelo golpe de 1º de abril de 1964. O plano político é marcado pelo autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, prisão e tortura dos opositores, e pela imposição da censura prévia aos meios de comunicação.

2. Após a edição do AI n° 1, os fatos da história são inquestionáveis, a repressão no país foi intensa, porém mais acirrada em Pernambuco, por sua tradição libertária, vivíamos num clima de pavor, com cerca de duas mil pessoas recolhidas nas delegacias de polícia, dos comissariados, nos quartéis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pessoas de todas condições sociais, as residências eram cercadas, invadidas e saqueadas, sem mandado judicial, sem ordem formalizada, nada era respeitado, para a repressão tudo era possível e se justificava na caça aos comunistas.

Fonte: Acervo Público Estadual Jordão Emerenciano / Processo da Comissão Especial de Ex-presos políticos – protocolo 475/010g-A, 2001.

Como já mencionado, a colaboração de diversos agentes no processo repressivo é externada no segundo ponto do documento ao mencionar que mais de duas mil pessoas tinham sido recolhidas em delegacias de polícia até em quartéis da Aeronáutica, prisões justificadas apenas pela “caça aos comunistas”. As prisões ocorriam de modo massivo e em menos de 5 anos de regime mais de 40 mil pessoas já estavam presas em todo o país e mais de 3 mil (três mil) em Pernambuco³¹,

Os quartéis, as penitenciárias do Estado, algumas cadeias públicas e as dependências da SSP não eram suficientes para amontoar o grande número de pessoas detidas. Sem flagrante, sem culpa formada e sem ordem judicial. Trabalhadores, profissionais liberais, políticos em desgraça por não terem aderido à nova ordem, funcionários públicos, escritores, jornalistas, integrantes de todos os segmentos sociais, superlotavam celas improvisadas na falta de outros espaços.³²

Aproveitando o ensejo, caracterizamos a figura institucional da Polícia militar também enquanto agente da repressão, isso porque carregava consigo uma importância estruturante nas ações cometidas dentro do Estado de Pernambuco. Com forte incentivo técnico e científico das forças estadunidenses, agilizavam o processo repressivo em torno de uma Operação de Limpeza³³ no estado. Assim sucedia em detrimento de cumprir com

³¹COELHO, Fernando Vasconcelos. **Direita Volver**: o golpe de 64 em Pernambuco. Ed. Bagaço, Recife, 2004. p.199

³²*Ibidem*. p. 200

³³Termo cunhado por NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O serviço Nacional de Informações e a Polícia Militar de Pernambuco**: O aparelhamento e centralização das forças de repressão. XXVII

as determinações dos comandos militares, mas permeável, também, às pressões locais, a repressão política em Pernambuco foi mais violenta e generalizada que no restante do país. Sua execução não coube apenas às Forças Armadas, à Polícia Militar e à Polícia Civil – como na maioria dos Estados. Ao lado delas, recebendo seu apoio mas agindo de forma independente, bandos civis armados por adversários de Miguel Arraes, alguns usineiros e senhores de engenho, ajudaram a espalhar o terror na zona da mata – onde as mudanças haviam sido mais profundas e a radicalização atingiria maior intensidade.³⁴

Os tidos como “inimigos do regime” já estavam determinados pelo discurso da Lei de Segurança Nacional bem como pelo próprio discurso policial e nesse sentido as investidas promovidas pela polícia tinham um objetivo central de desmantelamento das organizações tidas como adversárias do regime. De acordo com Nascimento (2013),

A Polícia Militar se empenhava em várias frentes para ajudar o Exército e o SNI na missão de desmantelar o PCB. E umas dessas frentes era repressão da organização sindical com influência dos comunistas. A região metropolitana do Recife com os municípios Jaboatão dos Guararapes e Paulista, possuía uma certa quantidade de fábricas e indústrias que possibilitavam a criação de sindicatos voltados para as lutas operárias e reivindicações da melhoria dos trabalhadores urbanos. Em Recife os setores dos servidores públicos, portuários e ferroviários eram os mais atuantes na luta econômica pela melhoria de salários.³⁵

O *modus operandi* dos aparatos repressivos traziam consigo, do ponto de vista da atuação e em primeira instância, a “vigilância como modo de controle social”³⁶ com o intuito de observar a sociedade e coletar o máximo de informações possíveis e promover, subsequentemente, o cerceamento da liberdade (prisões), a tortura, o desaparecimento de pessoas, o assassinato e a demonização do inimigo como mecanismos de afirmação e manutenção de poder.

A Igreja também foi alvo de diversas ações policiais, personificada na figura de Dom Hélder Câmara, a ala dissidente ao regime já era considerada como “pecha de heréticos a serviço do credo vermelho”³⁷. Acerca do arcebispo é coerente salientar que

Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 22 a 26/jul, 2013. p.04

³⁴ *Ibidem.* p.189

³⁵ NASCIMENTO, Dmitri Felix do. **O serviço Nacional de Informações e a Polícia Militar de Pernambuco:** O aparelhamento e centralização das forças de repressão. XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. Natal – RN, 22 a 26/jul, 2013. p.05

³⁶ A implantação do regime contou com uma pujante articulação das forças militares e policiais em torno de uma rede de informações que legitimou uma estrutura e pôs em funcionamento toda uma formação institucional que visava “transformar o cidadão, criar barreiras criminais para identificar, delimitar aquele é ‘bom’ ou ‘mal’ perante o governo, é típico de uma nova ação de combate ao crime político que passou a ser construída desde 1930, e foi se transformando até atingir os níveis de especialização mais sofisticados em 1964, com o advento do golpe e a consequente instalação da rede de informações”. DA SILVA, Marcília Gama. **Informação, repressão e memória:** A construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964 -1985). 232 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 125

³⁷ *Ibidem.* p. 196

estabeleceu uma forte resistência ao regime militar e passou a ser visto enquanto líder opositor ao autoritarismo e defensor dos direitos humanos. Mais do que isso,

Não hesitou em utilizar todos os meios de comunicação para denunciar a injustiça. Pregava no Brasil e no exterior uma fé cristã comprometida com os anseios dos empobrecidos. Foi perseguido pelos militares por sua atuação social e política, sendo acusado de comunismo. Foi chamado de "Arcebispo Vermelho". Foi-lhe negado o acesso aos meios de comunicação social após a decretação do AI-5, sendo proibido inclusive qualquer referência a ele.³⁸

De um modo geral, a ideologia da libertação era vista pelas autoridades governamentais como assunto concernente à segurança nacional, isso porque, o regime enxergava a Igreja pelo seguinte prisma:

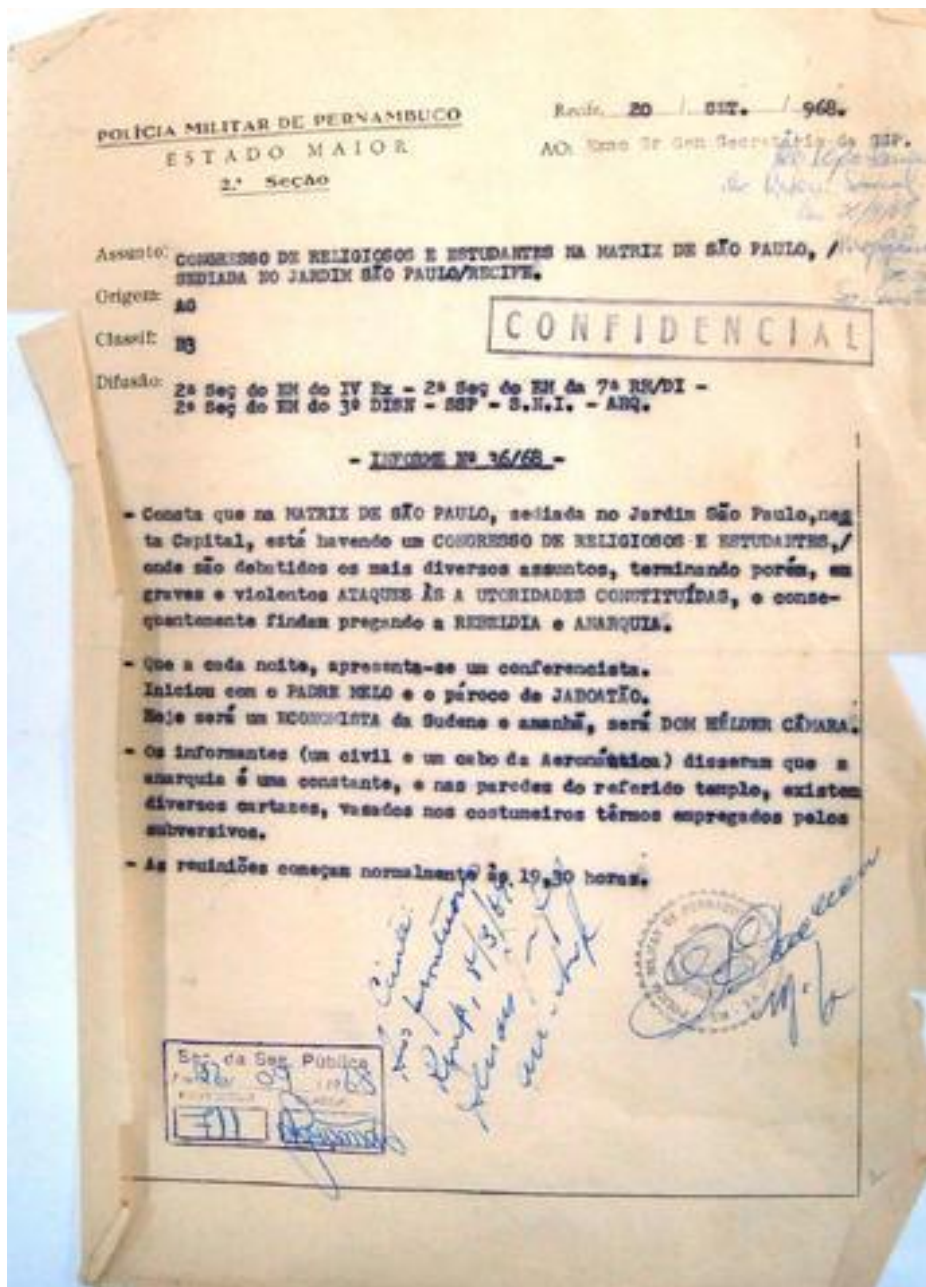
Fé contra o escândalo da opressão que ao mesmo tempo trazia para os mais pobres a fome, a miséria e outros efeitos diversos, por outro lado um governo que via nesta mesma igreja um rival a altura, na medida em que tinha uma doutrina firmada na fé e que através da fé, o povo seria livre.³⁹

Dessa forma e inserida num discurso de oposição aos interesses nacionais, a Igreja passou a ser vista enquanto inimiga do Estado, especificamente a sua ala progressista, e o discurso produzido para ir de encontro as suas práticas é bastante perceptível nos relatórios policiais. O documento⁴⁰ a seguir, expedido pela Polícia Militar de Pernambuco, no ano de 1968, referente a um congresso de religiosos e estudantes na Igreja Matriz, do bairro de Jardim São Paulo retrata tal afirmativa:

³⁸FILHO, Nivaldo Gerônimo da Silva. **● Embate entre os movimentos sociais e o estado**: a História de Pernambuco durante o Regime Militar (1964-1966). X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política. Recife, 26 a 30/abr, 2010. p.06

³⁹*Ibid.* p.07

⁴⁰Prontuário da Igreja Matriz de Jardim São Paulo inserido na parte do acervo da Comissão Estadual da Verdade Dom Hélder Câmara da plataforma digital do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Disponível em: <https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/index.php/prontuario-igreja-catolica-do-jardim-s-paulo>. Acesso em: 19/06/2019.



Prontuário da Igreja Matriz de Jardim São Paulo, INFORME n 38/1968 - Comissão Estadual da Verdade Dom Hélder APEJE.

O primeiro parágrafo do prontuário, que faz referência a uma organização congressista de religiosos e estudantes, já deixa explícito um discurso policial combativo a qualquer ação suspeita ao afirmar que na presente Igreja está ocorrendo um “CONGRESSO DE RELIGIOSOS E ESTUDANTES,/ onde são debatidos os mais diversos assuntos terminando, porém, em graves e violentos ataques às AUTORIDADES CONSTITUÍDAS, e conseqüentemente findam pregando a REBELDIA e ANARQUIA”. O uso de determinados termos e o destaque de outros permite que percebamos os alicerces do discurso policialesco que visava conceder pano de fundo para a repressão

a esses setores – especialmente os colocando na condição de rebeldes. Se a prática social e o discurso mantêm uma relação dialética⁴¹, os agentes da repressão mantinham grande afinho por tal relação.

Outro movimento alvo de múltiplas ações repressivas foi o camponato. O movimento camponês no Nordeste brasileiro teve grande atenção no início na década de 1960 e arregimentou o apoio de diversos seguimentos sociais entre os trabalhadores rurais, religiosos, advogados, profissionais liberais, médicos, operários e até pastores protestantes. As marchas tomavam a cidade de Recife e em 1959 a desapropriação do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, já dava indícios da posição combativa tomada pelos participantes.⁴² Muitos dos relatos de militantes do movimento camponês produzem uma série de deslocamentos, revisões e novas problemáticas, afinal muitos foram reprimidos, presos, torturados e exilados, tendo suas memórias atuado em espaços subterrâneos.⁴³

Por fim, cabe salientar a forte ação dos agentes repressivos em relação ao movimento estudantil. Os órgãos de informação tiveram caráter fundamental no *modus operandi* das estruturas repressivas em relação ao movimento dos estudantes, os mantendo sob vigilância, censura e repressão durante todo o regime⁴⁴. Na documentação encontrada no acervo digital do APEJE, o relatório de João Lima Neto⁴⁵, já mencionado, outro fragmento pode ser destacado quanto à repressão sobre os estudantes:

⁴¹FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. p. 170-181.

⁴²PORFÍRIO, Pablo F. De A. Marcas da memória sobre a repressão ao movimento camponês: Pernambuco, período inicial da ditadura militar. XI Encontro Nacional de História Oral: Memória, Democracia e Justiça. UFRJ: Rio de Janeiro, 2012. p. 03 Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340349707_ARQUIVO_artigoABHO2012.pdf. Acesso em: 19/06/2019.

⁴³ *Ibidem*. p. 09

⁴⁴SOARES, Thiago Nunes. **COMO ELES AGIAM**: a atuação do DOPS-PE na vigilância, censura e repressão ao Movimento Estudantil em Recife nas décadas de 1970/1980. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 27 a 31/jul, 2015. p.02

⁴⁵Relatório de João Lima Neto contido nos processos da Comissão Especial de Ex-presos políticos. Emissão em 2001. Disponível em: <https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/5/5/955a066644659cf8de6b133ea340c8a0b50e0c81ea6df65b39eec15e9730a915/d41399fa-8900-46ca-8f9f-b94c777aa9fa-Joao de Lima Neto.pdf>. Acesso em: 19/06/2019.

HIRAM FERNANDES LIMA
ADVOGADO



5. Naquele ano de 1968, o clamor da sociedade brasileira era grande e a truculência da ditadura militar era cada vez mais acentuada, em razão da inquietação da classe estudantil, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, consciente de seu papel na luta pela redemocratização do país. Os ânimos dos militares foram acirrados com a realização XXX Congresso da UNE - *União Nacional dos Estudantes*, em Ibiúna, no Estado de São Paulo, sendo desbaratado pelos agentes do Dops de São Paulo, ocorrendo a prisão de mais de 700 estudantes, conduzidos de ônibus ao Presídio Tiradentes, os congressistas foram fichados, liberados e recambiados aos Estados de origem, exceto pequeno grupo de líderes. Entre estes, *Luís Travassos*, *José Dirceu* e *Vladimir Palmeira* saíram do País em setembro do ano seguinte, banidos como integrantes da lista de prisioneiros trocados pelo embaixador norte-americano seqüestrado. O evento de Ibiúna foi classificado como um desafio ao sistema vigente.

A degradingolada do Congresso de Ibiúna decepou a representatividade da UNE e deixou num beco sem saída. O governo dominou a situação e os meses finais de 1968 tinham a aparência calma. Segundo *Jacob Gorender*, in "*Combate nas Trevas*", editora Ática, 1987,

Fonte: Acervo Público Estadual Jordão Emerenciano / Processo da Comissão Especial de Ex-presos políticos – protocolo 475/010g-A, 2001.

Foi então identificando e buscando se infiltrar nas organizações dissidentes ao governo que muitos agentes perpetraram uma série de apreensões e violências físicas e mentais no combate ao inimigo interno. O documento acima relata o quanto foi ofensiva a estratégia de apreensão de centenas de estudantes e de rechaço a União Nacional dos Estudantes. A imagem a seguir não possui datação, mas reflete o cenário político-social que atravessava o regime e a relação das forças governamentais com a estudantada, em outras palavras, o retrato da repressão às manifestações⁴⁶ dissidentes ao projeto político vigente:

⁴⁶Imagem 02. **Acervo do DOPS-PE - APEJE**. Prontuário Funcional nº 1576. Fotografias. Apud SILVA, 2007.



Imagem 02. Fonte:Acervo do DOPS-PE - APEJE. Prontuário Funcional nº 1576. Fotografias. Apud SILVA, 2007.

Podar a liberdade de expressão fez parte das corriqueiras atuações das forças militares diante das atitudes definidas enquanto anárquicas, rebeldes e de caráter comunista. É dentro deste espaço que a desestruturação de muitos setores do movimento estudantil foi realizada, especialmente na década de 1970 com o governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Como grande arquétipo desta afirmativa, as manifestações estudantis em 1977 em Brasília, Rio de Janeiro, Salvador e Recife foram reprimidas veementemente pela polícia, no entanto, bem recebidas pela população. Mesmo com muitas prisões, desaparecimentos, o Movimento Estudantil não deixou de atuar.⁴⁷

Em Pernambuco, o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife (da Universidade Federal de Pernambuco) possuía grande visibilidade e buscava

⁴⁷NAPOLITANO, Marcos Napolitano. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014. p. 250 -259

organizar debates e movimentações a respeito da situação política e a conjuntura de atuação do próprio movimento. O Diretório Central dos Estudantes (DCE), também da Universidade Federal de Pernambuco, era outro espaço de ampla articulação estudantil e que sofreu com a repressão, todavia é certo que

o Movimento Estudantil na capital pernambucana esteve sob a lógica da vigilância e censura universitária e da suspeição, vigilância e repressão dos órgãos de uma rede de informações, entre eles, o Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE). Esse documento com grau de sigilo Confidencial⁵ foi produzido pelo 4º Exército, encaminhado à Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco e difundido entre vários órgãos, como o Ministério da Educação (MEC) e o Serviço Nacional de Informações (SNI).⁴⁸

A complexidade que rodeia as práticas culturais e políticas do regime com os setores dissidentes teve nas instituições de Ensino Superior um *locus* bastante evidente, e o próprio Movimento estudantil passou a servir como “uma espécie de guarda-chuvas dos principais partidos e organizações de esquerda que atuava na clandestinidade”.⁴⁹ O recorte documental a seguir⁵⁰, do relatório de João de Lima Neto, demonstra bem como a perseguição em Pernambuco tinha uma nuance extremamente ostensiva:

"Em Pernambuco, ouviam os atentos alunos, todos eram monitorados com tal que militares do Exército, policiais e observados chegaram a encontrar-se num ponto de diversão comum, a Ciranda da Duda, ouvindo musica e dançando. A repressão sabia quem era quem pelas fotografias e filmagens clandestinas. Os observados não poderiam fazer a menor idéia de que dançavam juntos com os homens que iriam fuzilá-los em curto espaço de tempo. O bote fatal foi preparado cuidadosamente. Com a ajuda de Anselmo, foi perfeito - ainda mais que um investigador do Dops, César, atuante membro da equipe de Fleury, também estava na VPR, como se fosse o companheiro especialmente destacado para conseguir documentos falsos. Os seis morreriam juntos, numa fuzilaria intensa. Não escapou nem a companheira de Anselmo, Soledad".

Fonte: Acervo Público Estadual Jordão Emerenciano / Processo da Comissão Especial de Ex-presos políticos – protocolo 475/010g-A, 2001.

⁴⁸SOARES, Thiago Nunes. **COMO ELES AGIAM**: a atuação do DOPS-PE na vigilância, censura e repressão ao Movimento Estudantil em Recife nas décadas de 1970/1980. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 27 a 31/jul, 2015. p.07

⁴⁹KAREPOVS, Dainis; LEAL, Murilo. **Os trotskismos no Brasil**: 1966-2000. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). História do Marxismo no Brasil. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007, p. 153-237. (Partidos e movimentos após os anos 1960; v. 6). p.180

⁵⁰Relatório de João Lima Neto contido nos processos da Comissão Especial de Ex-presos políticos. Disponível em: <https://www.acervo.arquivopublico.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/5/5/955a066644659cf8de6b133ea340c8a0b50e0c81ea6df65b39eec15e9730a915/d41399f-a-8900-46ca-8f9f-b94c777aa9fa-Joao de Lima Neto.pdf>. Acesso em: 19/06/2019.

Este recorte do documento externaliza e ratifica a vigilância como instrumento para o controle social, assim como para a estruturação de uma série de outras ações, como, por exemplo, a apreensão de estudantes para um possível fuzilamento. O relato de João de Lima Neto aponta como o processo de infiltração ao convívio dos ditos subversivos precisava ser bastante cauteloso e sorrateiro, para que ninguém fosse identificado enquanto agente da repressão. Cabe, enfim, salientar que o DOPS-PE serviu enquanto sustentáculo fundamental na manutenção de todo o aparato coercitivo do Estado coletando e produzindo informações sobre as atividades estudantis para que assim fossem combatidas⁵¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da documentação pesquisada e de todo o aparato teórico e bibliográfico que foi utilizado para a composição deste trabalho, cabe salientar que o modo de operar utilizado pelas forças repressivas do Estado tinha como ponto de partida e convergência a rede de informações articulada entre diversos setores da organização institucional. Numa interação de nível estadual com órgãos superiores do governo federal, a vigilância como método de controle da sociedade produziu um inimigo comum e concedeu espaço para que uma multiplicidade de ações violentas fosse realizada com respaldo das próprias autoridades. A institucionalização da coerção do regime militar através dos AI's (Atos Institucionais) se arrefeceu a cada ano e só teve menor projeção já no fim da década de 1970, todavia, contribuiu durante anos para a prisão, desaparecimento, exílio e tortura de muitos indivíduos.

Em Pernambuco, as forças da repressão foram tão ostensivas quanto em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, isso porque, a concentração de uma diversidade de movimentos sociais que se declaravam abertamente dissidentes ao projeto político estabelecido pelo regime acendeu o alerta das forças militares em torno do “inimigo vermelho”. É dentro deste cenário que a Polícia Militar, o CENIMAR, a Polícia Civil, o Exército e a Aeronáutica se organizam de modo sistemático para conter toda e qualquer manifestação contrária ao governo e, dessa maneira, atuam violentamente objetivando dar manutenção às propostas da Lei de Segurança Nacional. Em outras

⁵¹SOARES, Thiago Nunes. **COMO ELES AGIAM**: a atuação do DOPS-PE na vigilância, censura e repressão ao Movimento Estudantil em Recife nas décadas de 1970/1980. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 27 a 31/jul, 2015. p.10

palavras, manter a ordem social a partir da punição ferrenha aos crimes de ordem política e social.

Nesse sentido, o DOPS-PE chegou a monitorar registros de passageiros de todas as formas de transporte que fossem possíveis, bem como a construir uma prática social que se adequasse aos padrões de vigilância recomendados e, mais do que isso, manter uma certa sintonia com a conjuntura social se tornou fundamentalmente estratégico para dar manutenção ao controle que visava possuir. Coibindo greves e manifestações sociais de qualquer estirpe, o DOPS-PE se lançou como principal instrumento para sustentação do projeto implementado pelo SNI.

No seio destes embates alguns setores ganharam destaque em função de uma resistência contínua e organizada. O Movimento Estudantil, a ala progressista da Igreja Católica, os sindicalistas e o Movimento Camponês, em Pernambuco, possuíram uma atuação pujante e com focos bastante delineados ao contrapor os desmandos praticados pelo Regime Militar. Não para menos, o caráter repressivo no estado também provocou certa constância nas manifestações de oposição. As amplas quantidades de prisões e outras represálias não se mostraram suficientes para barrar o avanço e a pressão realizada por essas categorias e, a nosso ver, tais acontecimentos transformaram Pernambuco num dos principais redutos da resistência no Nordeste do país.

Portanto, deixando inúmeras seqüelas políticas e sociais, o Regime Militar empreendeu força desproporcional e de modo arbitrário para conter os avanços do que chamavam de subversão em Pernambuco, mais do que isso, produziu uma memória marcada por eventos trágicos, mas que carregam múltiplas possibilidades de análises por parte das ciências humanas. Cabe também salientar que, o trabalho da Comissão Estadual da Verdade, em 2012, oportunizou (e oportuniza) o contato com uma rica documentação sobre o período através do Acervo Digital do APEJE.

Normas de publicação da Revista Discente História.Com - UFRB

Formatação do artigo: Solicitamos do autor que faça seu CADASTRO no sistema da revista. Sem a realização desse procedimento não conseguirá submeter o artigo ou resenha.

NÃO ACEITAREMOS ARTIGOS/RESENHAS ENCAMINHADOS POR E-MAIL.

- I. Os arquivos deverão ser salvos na extensão “doc”, digitados no editor de texto Microsoft Office Word, edição 1997-2003 ou superior;
- II. Fonte Berlim Sans F, tamanho 12, espaçamento 1,5;
- III. Margens superior 2,5 cm, inferior 2,5 cm, esquerda 2,5 cm, direita 2,5 cm;
- IV. A autoria deverá ser omitida do "doc" a ser anexado, pois as avaliações são às cegas;
- V. Os artigos deverão conter resumo com até dez linhas, entre 3 e 5 palavras-chave, em português. As palavras-chave devem ser citadas no seguinte modelo: Palavras-chave: História. Religião. Literatura. Política;
- VI. Os textos não deverão conter colunas ou separação de sílabas hifenizada;
- VII. As páginas não devem ser numeradas;
- VIII. As citações de até três linhas devem constar entre aspas, no corpo do texto, com o mesmo tipo e tamanho de fonte. As referências das mesmas devem constar em nota de rodapé tamanho 10 e estilo Berlim Sans FB;
- IX. As citações a partir de quatro linhas devem estar com recuo esquerdo de 4 cm, tamanho 10 e fonte Fonte Berlim Sans FB;
- X. As referências devem constar em nota de rodapé;
- XI. As notas referentes às citações deverão ser colocadas nas notas de rodapé seguindo o padrão da ABNT (Idem, Ibidem, op. cit., Cf., e demais termos recomendados). Em caso de dúvida verificar modelo de citação presente nos artigos do n.6 de 2016;
- XII. As notas de caráter explicativo/complementar também devem vir em nota de rodapé;
- XIII. As tabelas (quando houver) devem ser digitadas seguindo a formatação padrão de tabela do programa editor de texto e ABNT;

XIV. As imagens devem seguir as normas da ABNT.

OBS.: Não aceitaremos contribuições acadêmicas que tenham REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA após o corpo do texto, as referências usadas para a construção do trabalho devem vir em nota de rodapé e usadas adequadamente, conforme regem as normativas acima citadas e da ABNT.